

OS PRIMEIROS MOMENTOS REPUBLICANOS, OS RESSENTIMENTOS POLÍTICOS E AS DISPUTAS DE MEMÓRIA NO PIAUÍ

THE FIRST REPUBLICAN MOMENTS, POLITICAL RESENTMENTS AND MEMORY DISPUTES IN PIAUÍ

Ronyere Ferreira

Doutor em História pela Universidade Federal do Piauí. Graduado e mestre pela mesma instituição.
Integrante do Núcleo de Pesquisa em História e Memória do Piauí - NUPEM.

Resumo: Este artigo analisa os primeiros anos da República no Piauí, com ênfase para as dinâmicas do realinhamento político, os ressentimentos entre os grupos em disputa e as estratégias de construção da memória adotadas pelos sujeitos políticos locais. O objetivo é compreender como a instauração do novo regime reatualizou práticas políticas herdadas do período monárquico, como a cooptação de aliados, o expurgo de adversários e a reinterpretação parcial do passado. Para tanto, utiliza-se como fontes periódicos publicados no Piauí e no Rio de Janeiro, correspondências oficiais, documentos administrativos e obras escritas por Clodoaldo Freitas, este, uma figura central na elaboração de narrativas que buscavam reabilitar correligionários e desqualificar opositores. O artigo revela que a atuação intelectual de Clodoaldo Freitas se constituiu em um mecanismo de intervenção política, fundamentado em ressentimentos pessoais e ideológicos e que revelam as disputas simbólicas em torno do novo sistema político e seus sujeitos.

Palavras-chave: História; Piauí; Clodoaldo Freitas; Disputas de memória; Ressentimentos políticos.

Abstract: This article analyzes the early years of the Republic in Piauí, with an emphasis on the dynamics of political realignment, the resentments between the groups in dispute, and the strategies for constructing memory adopted by local political subjects. The objective is to understand how the establishment of the new regime re-updated political practices inherited from the monarchical period, such as the co-optation of allies, the purging of adversaries, and the partial reinterpretation of the past. To this end, the sources used are periodicals published in Piauí and Rio de Janeiro, official correspondence, administrative documents, and works written by Clodoaldo Freitas, a central figure in the elaboration of narratives that sought to rehabilitate coreligionists and disqualify opponents. The article reveals that Clodoaldo Freitas' intellectual activity constituted a mechanism of political intervention, based on personal and ideological resentments and that reveal the symbolic disputes surrounding the new political system and its subjects.

Keywords: History; Piauí; Clodoaldo Freitas; Memory disputes; Political resentments.

Seguindo os moldes nacionais, o início da República no Piauí foi marcado por um intenso processo de realinhamento das facções políticas, no qual foram comuns as práticas de perseguição aos adversários, de cooptação de sujeitos influentes e a reformatação das representações sociais relacionadas ao passado monarquista e as tradições locais de poder. Esses mecanismos, parcamente estudados em caráter comparativo e levando-se em consideração as especificidades regionais, estão presentes em diversos suportes documentais, seja nos oficiais de estado ou em fontes literárias e periódicas.

Deslocar o ponto de observação do centro do poder, ou seja, da capital republicana, para os estados menos influentes política e economicamente revela nuances representativas dos modos de se praticar política nas primeiras décadas do regime instaurado em 1889. A partir desse entendimento, esse capítulo analisa o prelúdio republicano no Piauí, elegendo como foco de análise os conchavos reorganizadores da política local e as disputas de memória, através das quais se buscava construir representações sociais acerca de acontecimentos e personagens do período.

Utilizamos como fontes as publicações periódicas circulantes no Piauí e no Rio de Janeiro, nas quais foram veiculados textos dos atores políticos locais, assim como produções bibliográficas produzidas no período. Entre os envolvidos nas contendas e no esforço de construir representações sociais sobre o seu tempo através da imprensa e da literatura esteve Clodoaldo Freitas,¹ intelectual que militou desde as décadas finais da monarquia e que ocupa espaço privilegiado em nosso lócus de observação.

Inicialmente, apresentamos Clodoaldo Freitas e sua iniciação política, com destaque para experiências e relações sociais que são importantes para a compreensão dos seus movimentos como homem público nas primeiras décadas republicanas e a construção de seus discursos sobre os seus correligionários e antagonistas. Posteriormente, analisamos a formação dos primeiros partidos políticos republicanos no Piauí, a primeira administração do Estado e como Clodoaldo Freitas se inseriu nesse contexto e no jogo de construção da memória a respeito dos políticos atuantes nos primeiros momentos do regime.

CLODOALDO FREITAS E SUA INSERÇÃO POLÍTICA

Por tradição familiar e pela relativa possibilidade em conciliar convicções ideológicas e imposições partidárias, Clodoaldo Freitas se vinculou ao Partido Liberal, durante a monarquia. Nascido em Oeiras, em 7 de setembro de 1855, cresceu em uma família que foi um importante núcleo do partido no decorrer do século XIX, a ponto de diversos parentes seus terem ocupado cargos de destaque na província, a exemplo de José Manuel de Freitas,² um dos

1. Clodoaldo Severo Conrado de Freitas nasceu em Oeiras, em 7 de setembro de 1855, e faleceu em Teresina, em 29 de junho de 1924. Formado pela Faculdade de Direito de Recife, atuou como magistrado, jornalista, político, poeta, historiador, romancista e cronista. Integrou o Partido Liberal, no Império, e o Partido Democrata, nos primeiros anos da república. Foi deputado estadual no Pará e chefe de polícia no Piauí e no Maranhão. Foi um dos fundadores da Academia Maranhense de Letras e da Academia Piauiense de Letras. Cf.: CHAVES, 2013, p. 552-555.

2. José Manuel de Freitas nasceu em Jerumenha (PI), em 14 de março de 1832, e faleceu em Recife, em 10 de novembro de 1887. Bacharel pela Faculdade de Direito de Recife, atuou como advogado, jornalista e magistrado. Na política era filiado ao Partido Liberal, foi deputado geral e provincial, chefe de polícia, delegado, presidente

principais líderes liberais do período e que ocupou a presidência em diversos momentos. Da mesma forma, o cônego Claro Mendes de Carvalho,³ principal líder liberal em Jaicós e responsável por financiar parte de seus estudos (QUEIROZ, 2011, p. 253, 306).

Ao chegar a Teresina formado pela Faculdade de Direito de Recife, em 1881, encontrou os liberais na situação, filiou-se oficialmente ao partido e foi empossado Promotor Público de Teresina, por seu correligionário e parente Firmino de Sousa Martins.⁴ No ano seguinte foi nomeado Juiz Municipal de Órfãos do termo de Valença e posteriormente transferido para a capital. Até 1885, ensaiou uma carreira promissora na magistratura, quando, com a queda do gabinete liberal na Corte, entrou com seus correligionários para o ostracismo, frustrando seus planos na magistratura. Desde seu retorno à província, militou na imprensa e se tornou um dos mais habilidosos expoentes do partido, o que o levou a ocupar, em períodos distintos, o cargo de redator dos jornais liberais *A Imprensa* e *A Reforma*, este, pertencente a uma ala dissidente, chefiada por Mariano Gil Castelo Branco, futuro Barão de Castelo Branco⁵ (QUEIROZ, 2011, p. 129). Entre as décadas finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX, Clodoaldo Freitas esteve vinculado às lideranças liberais ou aos grupos cujos líderes as tiveram como ascendentes políticos.

Essas experiências justificam os posicionamentos adotados em suas obras ao retratar acontecimentos e personalidades políticas da época do Império, ocasiões em que tratou de valorizar os líderes liberais e seus feitos, e de depreciar os conservadores. A disputa política, conforme demonstram as trajetórias desses sujeitos, era uma prática cotidiana, que exigia a formação da autoimagem do sujeito e a defesa dos seus principais correligionários, sejam eles contemporâneos ou do passado. Em estudo específico, demonstramos como Clodoaldo Freitas utilizou sua prática intelectual para reabilitar nomes vinculados ao Partido Liberal, como José Antônio Saraiva,⁶ Franklin Américo de Menezes Dória e José Manuel de Freitas, apresentados como exemplos de honradez, virtude política e probidade administrativa (FERREIRA, 2020).

José Antônio Saraiva, que presidiu o Piauí de setembro de 1850 a março de 1853 e foi responsável por efetivar a transferência da capital, retirando-a de Oeiras, no sertão, para Teresina, às margens do rio Parnaíba, é apresentado por Clodoaldo Freitas (2020) como um sujeito destemido e visionário, responsável por contrariar as suscetibilidades individuais, os interesses

interino do Piauí por três ocasiões e presidente das províncias do Maranhão e Pernambuco. Cf. FREITAS, 2012, p. 9-45.

3. Claro Mendes de Carvalho nasceu em 1821, e faleceu em Jaicós (PI), em 8 de março de 1905. Filho de Francisco José de Carvalho e Rosa Francisca da Conceição.

4. Firmino de Sousa Martins presidiu a província do Piauí interinamente em diversas ocasiões (1879, 1880, 1881, 1883 e 1889).

5. Mariano Gil Castelo Branco, o barão de Castelo Branco, nasceu em 1º de janeiro de 1848 em Livramento, atual José de Freitas (PI), faleceu em 10 de março de 1935 em Teresina. Foi capitão da Guarda Nacional, um dos líderes do Partido Liberal no Piauí. Deputado provincial [1884-1885] e vice-governador do Piauí [1889]. Na República, dirigiu o Partido Democrata. Abandonou a política no final do século XIX.

6. José Antônio Saraiva nasceu em Santo Amaro (BA), em 1 de maio de 1823, e faleceu em Salvador (BA), em 21 de julho de 1895. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, foi deputado provincial, presidente das províncias do Piauí (1850-1853), Alagoas, São Paulo e Pernambuco. Integrou diversos gabinetes, entre eles conservadores e liberais. Rompeu com o Partido Conservador em 1859. Liderou dois gabinetes liberais, de 1880 a 1882 e em 1885. Cf. SISSON, 1999, p. 71-82; CHAVES, 2013, p. 504-512.

políticos e por enfrentar as hostilidades que lhe ameaçavam a vida. Esse Saraiva estrategista, emerge em um tom político que atravessa a obra de Clodoaldo Freitas, na qual há o robustecimento da memória dos liberais no Piauí e se estabelece uma leitura maniqueísta referente à polarização com os conservadores. Processo semelhante ocorre em relação ao período republicano.

O PRELÚDIO REPUBLICANO, OS RESSENTIMENTOS POLÍTICOS E AS DISPUTAS DE MEMÓRIA

O período republicano no Piauí, assim como no Brasil, teve um início turbulento. O primeiro governador do estado nomeado pelo marechal Deodoro da Fonseca, o militar Gregório Taumaturgo de Azevedo,⁷ teve uma administração curta e conturbada, assim como todas as subsequentes na primeira década republicana. Ao assumir, em 26 de dezembro de 1889, empreendeu esforço no sentido de reorganizar a administração e pacificar a política piauiense, para tanto, buscou cooptar as principais lideranças dos antigos partidos monárquicos, aventando-se a possibilidade de se formar um partido único, o que não se concretizou.

Nos meses seguintes, entre as várias formações desenhadas, sempre entrecruzando antigas lideranças liberais e conservadoras, formaram-se os partidos Democrata e Republicano Federal, que, a partir de março de 1890, reeditaram o modo tradicional de se fazer política, pautado na tentativa de eliminar os adversários do debate público. O primeiro foi formado por uma ala dissidente dos liberais que, desde meados da década de 1880, era chefiada pelo Barão de Castelo Branco, que passou a congregar nomes de relevo, entre eles Clodoaldo Freitas e Simplicio Coelho de Resende.⁸ Já o Partido Republicano Federal foi formado a partir da aliança de líderes conservadores, como Gabriel Luís Ferreira⁹ e Teodoro Alves Pacheco,¹⁰ e os

7. Gregório Taumaturgo de Azevedo nasceu em Barras (PI), em 17 de novembro de 1853, e faleceu no Rio de Janeiro, em 29 de agosto de 1921. Engenheiro pela Escola Militar e bacharel pela Faculdade de Direito de Recife. Foi nomeado o primeiro governador do Piauí, exercendo o cargo de 26 de dezembro de 1889 a 4 de junho de 1890. Foi eleito indiretamente governador do Amazonas. Cf. CHAVES, 2013, p. 567-570.

8. Simplicio Coelho de Resende nasceu em 1º de abril de 1841 e faleceu em 17 de fevereiro de 1915 em Manaus (AM). Bacharel pela Faculdade de Direito de Recife, atuou como professor, promotor público, juiz municipal, advogado e jornalista. Militou no Partido Conservador e se elegeu deputado provincial (1870-1873) e deputado-geral pelo Piauí (1885-1889). Colaborou e redigiu diversos jornais políticos, instalou-se no Amazonas a partir de 1891. Cf. FERREIRA, 2011, p. 50-51.

9. Gabriel Luís Ferreira nasceu em Valença (PI), em 11 de abril de 1847, e faleceu no Rio de Janeiro, em 15 de dezembro de 1895. Bacharel pela Faculdade de Direito de Recife e integrante do Partido Conservador, foi professor, jornalista, magistrado, deputado provincial e deputado federal. Casado com Maria Benedita Cândida da Conceição Pacheco, irmã de Teodoro Alves Pacheco.

10. Teodoro Alves Pacheco nasceu em Teresina (PI), em 18 de julho de 1851, e faleceu em 29 de novembro de 1891. Bacharel pela Faculdade de Direito de Recife, durante o Império militou no Partido Conservador e foi advogado, jornalista, secretário de governo, vice-presidente da província e eleito senador constituinte em 1890.

liberais Joaquim Nogueira Paranaguá¹¹ e João da Cruz e Santos, o Barão de Uruçuí¹² (FREITAS, 2019, p. 29-30).

Em seus poucos meses como governador, Taumaturgo de Azevedo buscou conseguir recursos para o estado, que se encontrava em grave crise financeira, inclusive, com os vencimentos dos servidores atrasados; elevou vilas à categoria de cidade; organizou comissões para diversos ramos da administração; revisou estatutos de diversas instituições; dissolveu as câmaras municipais, substituindo-as por conselhos de intendência, estes formados por democratas e federalistas. O conselho de Teresina, exemplificando a política de conciliação que tentou adotar, reunia entre seus membros os federalistas Barão de Uruçuí e Teodoro Alves Pacheco, e os democratas Barão de Castelo Branco e Simplicio Coelho de Resende (CHAVES, 2013, p. 88-99; ARAÚJO, 2019, p. 119-141).

As rivalidades tradicionais e nascentes e as incertezas que acompanhavam o novo regime fizeram com que a pacificação fracasse ainda nos primeiros meses, empurrando para a oposição os federalistas e aproximando os democratas do governo. A partir dessa conjuntura, os federalistas passaram a atacar o governador na imprensa, que revidou com hostilidades e exonerações. Taumaturgo de Azevedo conseguiu junto ao governo provisório a destituição de Joaquim Nogueira Paranaguá e Teodoro Alves Pacheco, respectivamente 1º e 2º vice-governadores; com as mudanças as vice-governadorias ficaram com três democratas, Barão de Castelo Branco, como primeiro, Jesuíno José de Freitas, segundo, e Simplicio Coelho de Resende, terceiro. Entretanto, a política republicana era feita em duas frentes, local e nacional, nesta, não só se conseguiu a reintegração dos vice-governadores destituídos, como a demissão de Gregório Taumaturgo de Azevedo, reviravolta insistentemente atribuída por Clodoaldo Freitas (2019, p. 30-33) às interferências de Eliseu Martins¹³ e Antônio Coelho Rodrigues,¹⁴ este, assessor do Ministro da Justiça, Manuel Ferraz de Campos Sales. Em 4 de junho de 1890, após recomendações advindas do Rio de Janeiro, assumia a administração o vice-governador

11. Joaquim Nogueira Paranaguá nasceu em Corrente (PI) em 11 de janeiro de 1855 e faleceu em 1926. Bacharel pela Faculdade de Medicina da Bahia atuou como médico e foi eleito deputado provincial para dois biênios pelo Partido Liberal. Após o afastamento de Gregório Taumaturgo de Azevedo assumiu interinamente o governo do Piauí. Foi eleito deputado constituinte em 1890 e senador em 1897. Era parente de João Lustosa da Cunha Paranaguá, o marquês de Paranaguá.

12. João da Cruz e Santos, o barão de Uruçuí (1872), nasceu no Piauí em 1841 e faleceu em Teresina (PI) em 1896. Comerciante, industrial, banqueiro, coronel da guarda nacional e um dos líderes do Partido Liberal, foi um dos fundadores da Companhia de Navegação a Vapor no Rio Parnaíba e da Fábrica de Fiação e Tecidos. Foi governador interinamente após substituir Álvaro Moreira de Barros Oliveira Lima. Em 1891 foi eleito vice-governador pela Assembleia Constituinte.

13. Eliseu de Souza Martins nasceu na fazenda Tranqueira, atual cidade de Colônia do Gurgueia (PI), em 1º de janeiro de 1842 e faleceu no Rio de Janeiro em 23 de agosto de 1894. Bacharel pela Faculdade de Direito de Recife. Vinculado ao Partido Liberal presidiu as províncias do Rio Grande do Norte (1878-1879) e Espírito Santo (1879-1880). Em 1890 foi eleito senador constituinte, pelo Partido Republicano Federal. Era primo de Antônio Coelho Rodrigues.

14. Antônio Coelho Rodrigues nasceu em Picos (PI) em 4 de abril de 1846 e faleceu na ilha de São Vicente, Cabo Verde, em 1º de abril de 1912. Bacharel pela Faculdade de Direito de Recife, atuou como professor, jornalista político e magistrado. Pelo Partido Conservador foi eleito deputado provincial e deputado geral. Em 1893, com a morte de Teodoro Alves Pacheco, tornou-se senador pelo Piauí. Em 1900 foi nomeado prefeito do Distrito Federal pelo então presidente, Campos Sales. Cf. CHAVES, 2013, p. 524-526.

Joaquim Nogueira Paranaguá, que governou até os fins de agosto, quando chegou o novo interventor republicano, o militar Gabino Besouro.¹⁵

Os quase seis meses de Taumaturgo de Azevedo como governador são retratados por Clodoaldo Freitas de forma laudatória, argumentando-se que os efeitos benéficos de sua gestão teriam se estendido pelos diversos ramos da administração, demonstrando seu espírito caridoso, ordeiro e republicano. Em *História de Teresina*, ao discorrer sobre a Santa Casa de Misericórdia, Clodoaldo Freitas comentou:

Com a proclamação da República e entrando no governo do estado, com seu primeiro governador, o Dr. Gregório Taumaturgo de Azevedo, a Santa Casa mereceu os cuidados especiais do íntegro governador.

Poucos dias depois de sua posse, por portaria de 16 de janeiro de 1890, mandou entregar à mesa administrativa da Santa Casa a quantia de 2:695\$100, despendida com as obras do seu edifício. Por ofício de 22 de janeiro propôs à mesa da Santa Casa pagar pelo tratamento das praças de pret e inferiores, inclusive cadetes 2\$000 diários e pelos oficiais, 4\$000, enviando 15 leitos para a enfermaria militar e prometendo ordenar a um médico militar para fazer as visitas diárias aos enfermos militares [...]. Por ofício de 28 de janeiro, remeteu ao provedor da Santa Casa a quantia de 580\$000, produto líquido da subscrição feita para um baile que ia ser-lhe oferecido [...]. Por ofício de 4 de fevereiro, dirigiu-se à câmara municipal da capital, a fim de que não pesasse somente sobre o tesouro o encargo do tratamento e vestimenta dos indigentes, invocando seus sentimentos altruístas, para consignar nos orçamentos anuais uma verba especial para o patrimônio da Santa Casa e reservasse para esse patrimônio, ora criado, todas as multas que fossem cobradas por falta de execução de contratos e contravenções de posturas, remetendo mensalmente as respectivas quantias ao provedor da Santa Casa [...] (FREITAS, 2020, p. 89).

A exaltação da personalidade e da memória de Taumaturgo de Azevedo, em diferentes obras de Clodoaldo Freitas, coincide com o tom adotado pela imprensa oficial durante a sua administração, que buscou apresentá-lo como uma liderança responsável e atuante. Para assegurar a probidade, ainda em *História de Teresina*, é mencionado um episódio envolvendo as obras no quartel do 35º Batalhão de Infantaria. Inicialmente orçada por um engenheiro militar, o governador teria devolvido o documento para ser reelaborado, alegando erros primários e superfaturamento dos valores de mão de obra e dos materiais de construção, irregularidades que, se aceitas, acarretariam prejuízos ao erário (FREITAS, 2020, p. 170-173). Ao reproduzir a correspondência oficial sobre o assunto, Clodoaldo Freitas buscou construir a imagem de um administrador íntegro, republicano e patriótico, princípios esses que povoaram o vocabulário adotado por Taumaturgo de Azevedo na correspondência oficial ou nas publicações na imprensa.

Essa representação foi reforçada por Clodoaldo Freitas em diferentes momentos, o que

15. Gabino Besouro nasceu em Alagoas, em 22 de junho de 1851, faleceu no Rio de Janeiro, em 31 de janeiro de 1930. Governou o Piauí de 23 de agosto a 19 de outubro de 1890. Passou o cargo ao Barão de Uruçuí para tomar posse como deputado constituinte.

se justifica pelas relações sociais estabelecidas com o primeiro governador. Em março de 1890, alegando ser Clodoaldo Freitas um republicano histórico, Taumaturgo de Azevedo solicitou ao Ministério da Justiça sua nomeação para uma vara de direito, o que ocorreu em abril, quando foi designado para assumir o juizado de Campo Maior. Apesar dos reiterados pedidos do governador, a nomeação não se concretizou, pois foi tornada sem efeito em fins de maio (JUIZES de direito, 27 maio 1890, p. 1), decisão que Clodoaldo Freitas atribuiu ao que considerou interferência e perseguição de seu desafeto político, Antônio Coelho Rodrigues, junto ao Ministro da Justiça (FREITAS, 2019, p. 16-17).

Após a dança das cadeiras nos cargos de vice-governadores, a destituição do governador, a posse como interino de Joaquim Nogueira Paranaguá e a subida ao poder dos federalistas, Clodoaldo Freitas acompanhou Taumaturgo de Azevedo ao Rio de Janeiro, onde fez a defesa pública de sua administração e travou intenso debate na imprensa, contra quem acusava de manobrar contra o ex-governador e contra sua nomeação para juiz.

Antes que chegassem ao Distrito Federal, Newton Burlamaqui¹⁶ e Urbano Burlamaqui Castelo Branco¹⁷ já rivalizavam contra Antônio Coelho Rodrigues, debatendo sobre a política piauiense com acusações mútuas acerca da responsabilidade pelo fracasso na pacificação e pelas recentes intrigas políticas. Posteriormente, em julho e agosto de 1890, nas páginas do *Jornal do Comércio e Democracia*, manifestaram-se de forma mais intensa Antônio Coelho Rodrigues e Eliseu Martins, de um lado, e Taumaturgo de Azevedo e Clodoaldo Freitas, de outro. A polêmica envolveu algumas dezenas de artigos e abordou diversos assuntos daquele contexto, expondo quão sensíveis eram as alianças que se forjavam na reorganização política piauiense, seja por causa das rivalidades oriundas do império ou pelos múltiplos interesses envolvidos nas eleições constituintes.

Antônio Coelho Rodrigues e Eliseu Martins alegaram ter apoiado o governador e exortado seus correligionários ao entendimento político e à formação de um partido único, o que teria sido minado por Taumaturgo de Azevedo e suas supostas pretensões políticas, pois, estaria articulando sua candidatura ao governo do Estado. Nesse jogo de interesses, acusavam o ex-governador de ter maquinado a criação do Partido Democrata para beneficiar politicamente o Marquês de Paranaguá,¹⁸ tradicional chefe político do sul piauiense e próximo ao Barão

16. Newton César Burlamaqui nasceu em Oeiras (PI), em 1838, e faleceu no Rio de Janeiro. Engenheiro, integrou a comissão para estudo da navegação no rio Parnaíba e foi deputado provincial. Era filho de Tibério César Burlamaqui, irmão de Polidoro César Burlamaqui e casado com Raimunda Moura Batista. Segundo Coelho Rodrigues era tio do Barão de Castelo Branco. Cf. FERREIRA, 2011, p. 555.

17. Urbano Burlamaqui Castelo Branco nasceu em Oeiras, em 16 de outubro de 1850, e faleceu no Rio de Janeiro em 14 de setembro de 1900. Foi deputado provincial, presidindo a Assembleia Legislativa em 1888. Bacharel pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Segundo Coelho Rodrigues era cunhado do Barão de Castelo Branco. Cf. FERREIRA, 2011, p. 211.

18. João Lustosa da Cunha Paranaguá, 2º Marquês de Paranaguá, nasceu em Parnaguá (PI), em 21 de agosto de 1821, e morreu no Rio de Janeiro em 9 de fevereiro de 1912. Formado pela Faculdade de Direito de Olinda, governou as províncias do Maranhão (1858-1859), Pernambuco (1865-1866) e Bahia (1881-1882). Foi deputado, senador e conselheiro, integrou diversos ministérios, sendo o chefe dos liberais piauienses na Corte. Sua carreira política, assim como a de José Antônio Saraiva, iniciou-se nas fileiras conservadoras, com as quais rompeu durante o Gabinete Caxias (1861-1862). Considerado próximo a D. Pedro II, teria sido o emissário do convite a José Antônio Saraiva para organizar um novo ministério, já em 16 de novembro de 1889. Cf. CASTRO, 2009.

de Castelo Branco (MARTINS, 11 ago. 1890, p. 2). Nesse esforço de desconstrução, Antônio Coelho Rodrigues lembrou o histórico de Taumaturgo de Azevedo, cuja família foi ligada aos liberais e cujo casamento, no Amazonas, deu-se com a filha de uma influente família do mesmo partido. Tentando demonstrar a parcialidade do ex-governador e sua “administração espetaculosa, desorientada e irrequieta”, atribuiu-lhe perseguição aos vice-governadores federalistas, primeiramente destituídos, e lembrou que, ao chegar ao Piauí, levou consigo para ocupar a secretaria de governo o bacharel Clóvis Beviláqua, genro de José Manuel de Freitas, que, conforme destacamos, foi uma importante liderança do Partido Liberal (RODRIGUES, 25 jul. 1890, p. 4).

No outro lado, encontravam-se Clodoaldo Freitas e Taumaturgo de Azevedo, fazendo a defesa da administração, defendendo-se de acusações e fazendo as suas contra os oponentes. Lembraram as heranças políticas de Antônio Coelho Rodrigues e seus ascendentes, como seu tio Manoel de Sousa Martins, o Visconde da Parnaíba;¹⁹ os processos eleitorais dirigidos por conservadores e suas perseguições contra adversários; e acusaram Coelho Rodrigues e seus correligionários de monarquistas, cuja adesão à república teria se dado por conveniência. O debate, inicialmente moderado, descampou para acusações pessoais e descomposturas, seguindo um modelo clássico nas polêmicas jornalísticas do século XIX. Taumaturgo de Azevedo, ao acusar Antônio Coelho Rodrigues de abusar da boa-fé do ministro da justiça, Campos Sales, o que estaria se manifestando em uma reorganização da magistratura piauiense que privilegiava seus parentes e amigos e perseguia seus desafetos, destacou:

O Sr. Coelho Rodrigues é de uma ousadia inqualificável; porém, o que mais admira é que, tendo sido bastante conhecido na monarquia, hoje a República lhe dê ainda crédito, ao ponto do Sr. ministro da justiça consentir que ele continue a abusar de sua boa-fé, exercendo vinganças, criando comarcas inúteis, que o Piauí não poderá manter, nomeando juizes energúmenos, removendo os independentes e até cassando decretos já expedidos (AZEVEDO, 12 ago. 1890, p. 3).

Taumaturgo de Azevedo, ao passo que atacou os adversários, em especial Antônio Coelho Rodrigues e Eliseu Martins, residentes no Rio de Janeiro, e o Barão de Uruçuí, Teodoro Alves Pacheco e Joaquim Nogueira Paranaguá, que lhes fizeram oposição em Teresina, exaltou seu programa de governo e seus atos, bem como seus aliados democratas, dando destaque para o Barão de Castelo Branco, Simplício Coelho de Resende e Clodoaldo Freitas. De forma mais tímida defendeu o apoio do Marquês de Paranaguá aos democratas e, consequentemente, ao seu governo (AZEVEDO, 14 ago. 1890, p. 2; AZEVEDO, 15 ago. 1890, p. 3). Nas páginas do jornal *Democracia* expôs em detalhes o que considerava ser uma complexa teia de intrigas para derrubá-lo, urdida por aqueles que, desde o princípio, teriam falsamente manifestado apoio, amizade e interesse em ver sua administração bem sucedida, a ponto de cooptarem o bacharel

19. Manoel de Sousa Martins nasceu em Oeiras (PI) em 8 de dezembro de 1767 e faleceu na mesma cidade em 20 de fevereiro de 1856. Administrou a província, com pequenos períodos de interrupção, entre janeiro de 1823 a dezembro de 1843. Por sua atuação militar alinhada ao Império, recebeu os títulos de barão e depois visconde da Parnaíba. Cf. CHAVES, 2013, p. 435-437; CASTELO BRANCO, 2019, p. 123-162.

José Calheiros de Mello, que com ele chegou ao Piauí para ser chefe de polícia (AZEVEDO, 24 jul. 1890, p. 2; AZEVEDO, 24 jul. 1890, p. 2).

Clodoaldo Freitas, habilidoso polemista, iniciou sua série de artigos questionando a revogação de sua nomeação para a comarca de Campo Maior e o suposto argumento utilizado de ser ele político militante no Piauí, portanto, sem a imparcialidade necessária. Lembrou que federalistas em igual situação haviam sido nomeados, enquanto seu parente, Jesuíno José de Freitas, foi transferido para uma vara de direito em Goiás, “cujo único crime é ser, como eu, adversário político do Sr. Dr. Coelho Rodrigues”. Segundo argumentou, isso demonstrava a perpetuação de práticas monarquistas na pasta, com a anuência do ministro Campos Sales (FREITAS, 16 jul. 1890, p. 2).

Na sequência, indagou o republicanismo de conveniência de Antônio Coelho de Rodrigues e Joaquim Nogueira Paranaguá, bem como refutou as acusações contra o Marquês de Paranaguá, apontado como chefe oculto do “marquesado”, que seria o predomínio de uma política de dominação retrógrada representada pelo Barão de Castelo Branco e por Taumaturgo de Azevedo. O marquês foi, na segunda metade do século XIX, uma das principais lideranças liberais, detentor de uma vasta família de proprietários de terra cuja influência se estendia pela região sul piauiense, especialmente, nos municípios de Santa Filomena, Paranaguá e Corrente. Dito de outra forma, tratava-se de um personagem capaz de desequilibrar o jogo político, cujo apoio foi requisitado, tanto pelos democratas quanto pelos federalistas.

Clodoaldo Freitas admitiu que, conforme declarou Antônio Coelho Rodrigues, juntou-se ao Barão de Castelo Branco para recorrer, ainda durante as tratativas para a formação do partido único, a exigência de se excluir a presença do marquês, “aquele velho e venerando piauiense”. Destacou que, ao saber de tal disposição, respondeu que “aceitava a proposta somente com uma condição: ser também eliminado o Sr. Dr. Coelho Rodrigues”. Ao finalizar sua resposta referente a esse assunto, minimizou a ausência de republicanismo do marquês, alegando que essa e outras críticas ocorriam, não por suas convicções políticas, mas por ter escolhido apoiar os democratas e não os federalistas. Em sua exposição, Clodoaldo Freitas deixou claro que a prioridade, naquele momento, não eram os princípios ideológicos, mas constituir uma maioria, o que o Marquês de Paranaguá e sua extensa família possibilitavam:

O Sr. Coelho Rodrigues sentenciava que, enquanto viver o ex-imperador e sua filha, não pode o marquês de Paranaguá ser bom republicano.

[...]

De resto, nós, no Piauí, não indagamos se o marquês de Paranaguá foi ou é amigo particular do ex-imperador e de sua família e se guarda devotamente o culto dessa amizade; o que nós procuramos saber é se a adesão do Sr. marquês de Paranaguá, o qual, como todos acerca do fato da proclamação República, dava-nos ou não a maioria na formação dos novos partidos no Piauí (FREITAS, 19 jul. 1890, p. 2-3).

Enquanto Coelho Rodrigues cunhou o “marquesado”, para retratar uma política oculta-mente chefiada pelo Marquês de Paranaguá, Clodoaldo Freitas criou o termo “coelhado”, uma

menção à Coelho Rodrigues e o que seria a prática de uma política de perseguição aos desafetos, de patrimonialismo exacerbado, de parcialidade e de busca pelo enriquecimento corrupto. Em *Fatores do coelhado*, publicado em 1892, Clodoaldo Freitas descreveu Antônio Coelho Rodrigues como um dos fatores supremos dessa forma de se fazer política, mas que no Piauí foi inaugurada na administração de Joaquim Nogueira Paranaguá, ao substituir interinamente Taumaturgo de Azevedo, e continuada por seus sucessores, Gabino Besouro, Barão de Uruçuí, Álvaro Moreira de Barros Oliveira Lima,²⁰ Gabriel Luís Ferreira e Coriolano de Carvalho e Silva.²¹ O “coelhado”, termo mencionado ainda no Rio de Janeiro, seria posteriormente definido como “[...] o despotismo da força bruta; a confiscação total de todas as liberdades; o exercício do capricho; o império do arbítrio; o predomínio das paixões; a eliminação completa do direito; o banimento da justiça, em uma palavra, o regime brutal do poder sem lei, sem peias da moral, do pudor, da religião (FREITAS, 2019, p. 37).

No debate, ambos os lados publicaram transcrições de correspondências, fragmentos de cartas e telegramas atribuídos aos personagens envolvidos, material valioso que evidencia as múltiplas camadas discursivas que foram construídas nos dois lados, na tentativa de se levantar versões capazes de legitimarem os conchavos e seu desenrolar. Evidenciam ainda a perpetuação, nos primeiros anos republicanos, dos mesmos mecanismos de cooptação e expurgo, fazendo-se uso da estrutura administrativa para contemplar lideranças e apadrinhados e para perseguir desafetos.

Analisando esses fragmentos, cuja autenticidade raramente foi questionada pelos envolvidos, observa-se que as cisões entre democratas e federalistas, que inviabilizaram um partido único e o primeiro governo republicano, deram-se em meio à falta de entendimento referente à distribuição dos cargos, sobretudo na magistratura, os mais ambicionados, bem como às vagas em uma eventual chapa para a eleição dos constituintes. Nesse sentido, Antônio Coelho Rodrigues afirmou em telegrama que, desde novembro de 1889, dizia-se candidato à constituinte, mas, caso favorecesse o consenso, aceitaria se candidatar ao senado. A própria nomeação de Clodoaldo Freitas se insere nesse contexto de barganhas entre o governador e as facções políticas locais, suas condições e exigências para viabilizar um entendimento. Em telegrama atribuído a Taumaturgo de Azevedo, de 4 de março de 1890, quando as negociações ainda estavam em andamento, chegou a Coelho Rodrigues um recado de Joaquim Nogueira Paranaguá, pedindo que “inste nomeação Clodoaldo para qualquer comarca Piauí. Trabalhamos de acordo [...]” (RODRIGUES, 23 jul. 1890, p. 3). Uma vez que nas semanas seguintes o entendimento malogrou e dois partidos antagônicos se formaram, a mesma coisa se deu com a nomeação de Clodoaldo Freitas.

Nos artigos que trata dos seis meses de Taumaturgo de Azevedo, dos conflitos políticos

20. Álvaro Moreira de Barros Oliveira Lima governou o Piauí de 27 de dezembro de 1890 a 28 de maio de 1891, quando transmitiu o cargo para Gabriel Luís Ferreira, eleito indiretamente.

21. Coriolano de Carvalho e Silva nasceu em Barras (PI), em 23 de maio de 1857, e faleceu no Rio de Janeiro, em 9 de março de 1926. Foi para o Rio de Janeiro, onde entrou ingressou como praça no Exército e depois na Escola Militar. Nomeado por Floriano Peixoto, tomou posse do governo do Piauí em 11 de fevereiro de 1892, fechou a Assembleia Legislativa e, eleita uma Assembleia Constituinte, foi confirmado para o cargo no período de 1892 e 1896. Cf. CHAVES, 2013, p. 567-570.

e da formação dos partidos, surge um Clodoaldo Freitas ressentido, que protestou por, sendo ele um “republicano de véspera”, não ter sido contemplado pelo novo regime, ao passo que o eram os antigos monarquistas, os “republicanos do dia seguinte”. Seu alvo principal foi Antônio Coelho Rodrigues e os demais federalistas, mas seus argumentos já respingavam contra o governo provisório, chefiado por Deodoro da Fonseca, e em seus ministros, especialmente Campos Sales. Com o passar dos anos, essa denúncia se radicalizou e, sofrendo as constantes tribulações das brigas políticas, dizia-se injustiçado e perseguido. Já em 1892, em *Os fatores do coelhado*, não utilizou eufemismos para atacar os líderes republicanos: Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto nada mais seriam que ditadores, que de republicanos tinham apenas alguns termos no vocabulário, Campos Sales, um “gorducho paulista” oligarca, incapaz e perseguidor. A república, um regime naufragado, que atirou os republicanos históricos aos cães, elevou os conservadores retrógrados e possibilitou o surgimento de personagens despreparados, antes reservados aos quartéis (FREITAS, 2019).

Nas décadas seguintes, sistematizou um discurso para vergastar a república, expressando seus ressentimentos e defendendo o retorno aos princípios de propaganda. Essa postura crítica se tratava de um fenômeno mais amplo, abrangendo republicanos históricos que se viram aliados da gerência do regime ainda nos primeiros anos. Para Clodoaldo Freitas, o sistema instituído negava os ideais republicanos ao excluir das eleições os analfabetos, maioria da população adulta brasileira, ao condescender com as fraudes eleitorais e os mecanismos para amedrontar e perseguir opositores, e ao criar o sistema de reconhecimento de candidatos, permitindo a perpetuação do domínio dos governistas. Dessa forma, o Brasil não seria um país republicano, mas uma tirania, juntando-se a párias internacionais como a Turquia, México, Rússia, China e Paraguai. Segundo Teresinha Queiroz (2011, p. 320-321), o autor integrou um quadro nacional que agregou outros republicanos históricos desiludidos, defendendo em sua obra uma republicanização através de uma propaganda “a ser exaustivamente desenvolvida no sentido de criar o amor do povo pelas instituições, revigorando-lhe a consciência de seus direitos e enfatizando a responsabilidade pelos seus deveres.”

Essa desilusão com o regime que “jogou-lhe aos cães”, ao ostracismo político, à oposição inglória, que permitiu a um desafeto lhe impugnar o acesso à magistratura, posição almejada, desde que chegou a Teresina, e que, além disso, negava o direito da cidadania ao povo, encontra-se presente em diversos escritos de Clodoaldo Freitas. Através desse ressentimento que se formou uma película através da qual o autor vislumbrou o passado e tentou construir versões valorativas às suas experiências e de seus correligionários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suas crônicas, poesias, romances e textos de não ficção, Clodoaldo Freitas buscou fabricar imagens suas, de seu tempo e de seus contemporâneos. Em sua obra existe um complexo conjunto de representações sociais, responsáveis por talhar a memória a respeito de acontecimentos e personalidades. Ao se analisar sua obra, a prática intelectual aparece como mecanismo de registro e de acerto de contas, destinado aos contemporâneos e, sobretudo, à

posteridade, esta compreendida como “a instância máxima de julgamento, o lócus da justiça da história e da reabilitação dos injustiçados” (QUEIROZ, 2011, p. 349).

Esse aspecto é explícito em *Fatores do coelhado*, obra de natureza panfletária, onde afirmou recapitular com exatidão histórica as “angústias e sofrimentos” impostos aos democratas nos primeiros anos republicanos, e expressou o desejo por um julgamento póstumo, a única esperança para ele que, no ostracismo, resistiam à conjuntura persecutória. Enquanto um republicano histórico e aliado do poder, somente na história poderia esperar retratação, “onde os homens serão julgados pelas suas obras, não pelo seu poder” (FREITAS, 2019, p. 39).

Ao passo que à posteridade atribuía a responsabilidade pelo julgamento dos homens e de suas ações, Clodoaldo Freitas não se eximia de fazer o seu, que se dava a partir de uma métrica particular, na qual influíam suas experiências na vida pública. Através da prática intelectual, o autor aproveitou para acertar as contas com aqueles que se opuseram a ele, aos seus e às suas crenças, selecionando acontecimentos e construindo narrativas permeadas de significados implícitos. Essas narrativas sobre o passado se apresentam também como ferramentas de divulgação do seu ideário político, estando elas inseridas em seu contexto de produção, à luz do qual se revestem de significados relevantes para se compreender sua escrita, seu tempo e as disputas de memória.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

A 19, DIAS que se tornou [...]. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 5, n. 84, 29 ago. 1972, p. 2-3.

A MUDANÇA da capital I. *O Eco Liberal*. Oeiras, n. 117, 11 dez. 1851, p. 1-4.

A MUDANÇA da capital II. *O Eco Liberal*. Oeiras, n. 118, 18 dez. 1851, p. 1-3.

A MUDANÇA da capital III. *O Eco Liberal*. Oeiras, n. 119, 25 dez. 1851, p. 2-4.

A MUDANÇA da capital IV. *O Eco Liberal*. Oeiras, n. 120, 1 jan. 1852, p. 1-3.

A MUDANÇA da capital V. *O Eco Liberal*. Oeiras, n. 123, 26 jan. 1852, p. 1-5.

AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí I. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 123, p. 2, 24 jul. 1890.

AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí II. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 124, p. 2, 25 jul. 1890.

AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí VI. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 224, p. 3, 12 ago. 1890.

AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí VIII. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 227, p. 3, 15 ago. 1890.

AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 226, p. 2, 14 ago. 1890.

ELEIÇÕES. *A Imprensa*. Teresina, ano 8, n. 356, 27 ago. 1872, p. 1-2.

FERREIRA, Pedro Afonso. *Fala com que o Ex.mo Sr. Presidente da Província do Piauí, Dr. Pedro Afonso Ferreira abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de novembro de 1872*. São Luís: Tipografia do País, 1873.

FREITAS, Clodoaldo. Estado do Piauí I. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 116, p. 2, 16 jul. 1890.

FREITAS, Clodoaldo. Estado do Piauí III. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 119, 19 jul. 1890, p. 2-3.

JUÍZES de direito. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, ano 68, n. 147, 27 maio 1890, p. 1.

MARTINS, Eliseu. Estado do Piauí. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, ano 68, n. 223, p. 2, 11 ago. 1890.

O NOVO ministério. *A Época*. Teresina, ano 3, n. 109, 15 maio 1880, p. 1-2.

O NOVO ministério. *A Imprensa*. Teresina, ano 15, n. 639, 7 maio 1880, p. 2-3.

O PIAUÍ. *O Piauí*. Teresina, ano 5, n. 186, 31 ago. 1871, p. 2.

O PIAUÍ. *O Piauí*. Teresina, ano 6, n. 231, 28 ago. 1872, p. 3-4.

O SR. CONSELHEIRO Saraiva. *A Imprensa*. Teresina, ano 5, n. 249, 25 maio 1870, p. 1-2.

PARTIDO Liberal. *A Imprensa*. Teresina, ano 8, n. 356, 27 ago. 1872, p. 1.

POLÍTICA do conselheiro Saraiva. *A Época*. Teresina, ano 3, n. 123, 28 ago. 1880, p. 2.

REFORMA eleitoral. *A Imprensa*. Teresina, ano 16, n. 672, 14 jan. 1881, p. 2.

RODRIGUES, Antônio Coelho. Estado do Piauí II. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 205, p. 4, 25 jul. 1890.

RODRIGUES, Antônio Coelho. Estado do Piauí. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 203, p. 3, 23 jul. 1890.

SARAIVA, José Antônio. *Fala que o Presidente da Província do Piauí Dr. José Antônio Saraiva, dirigiu à Assembleia Legislativa Provincial no ato da abertura de sua sessão ordinária em 3 de julho de 1851*. Oeiras: Tipografia Saquarema, 1851.

SARAIVA, José Antônio. *Relatório à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí pelo Ex.mo Senhor Presidente da Província José Antônio Saraiva, na sessão aberta em 1º de julho de 1852*. Caxias: Tipografia Independente de Felinto Elísio da Costa, 1852.

Bibliografia

ARAÚJO, Thaíse de Sousa. A Proclamação da República no Piauí e o governo de Gregório Taumaturgo de Azevedo. In: FREITAS, Clodoaldo. *Os fatores do coelhado: escorço de história*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2019. P119-141.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017b.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017a.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Memórias em conflito: a Balaiada e as disputas de memória das elites políticas no Piauí oitocentista. In: FREITAS, Clodoaldo. *A Balaiada*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2019. p. 123-162.

CASTRO, Chico. *Marquês de Paranaguá*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2009.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHAVES, Mons. Joaquim. *Obra completa*. 2. ed. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2013.

FERREIRA, Edgardo Pires. *A mística do parentesco: uma genealogia inacabada: os Castelo Branco*. v. 5. Guarulhos, SP: ABC Editora, 2011.

FERREIRA, Ronyere. Clodoaldo Freitas, historiador: história, política e ressentimentos. In: FREITAS, Clodoaldo. *História de Teresina*. 2. ed. Organização, apresentação e notas de Teresinha Queiroz e Ronyere Ferreira. São Paulo: Mentis Abertas, 2020. p. 377-419.

FREITAS, Clodoaldo. *A Balaiada*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2019.

FREITAS, Clodoaldo. *Biografia e crítica*. Imperatriz, MA: 2010.

FREITAS, Clodoaldo. *História de Teresina*. 2. ed. São Paulo: Mentis Abertas, 2020.

FREITAS, Clodoaldo. *Os fatores do coelhado: escorço de história*. 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2019.

FREITAS, Clodoaldo. *Vultos piauienses*. 3. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras / EDUFPI, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KONSTAN, David. Ressentimento: história de uma emoção. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p. 61-62.

MARTINS, Elias. *Frei Serafim de Catania*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1917.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

QUEIROZ, Teresinha. *A Balaiada* de Clodoaldo Freitas: considerações em torno de um manuscrito oitocentista. In: FREITAS, Clodoaldo. *A Balaiada*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2019. p. 101-121.

QUEIROZ, Teresinha. A construção de uma (im)possível República: entre o nascer, o sobreviver e o (des)agradar. In: FREITAS, Clodoaldo. *Os fatores do coelhado: escorço de história*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2019. p. 105-117.